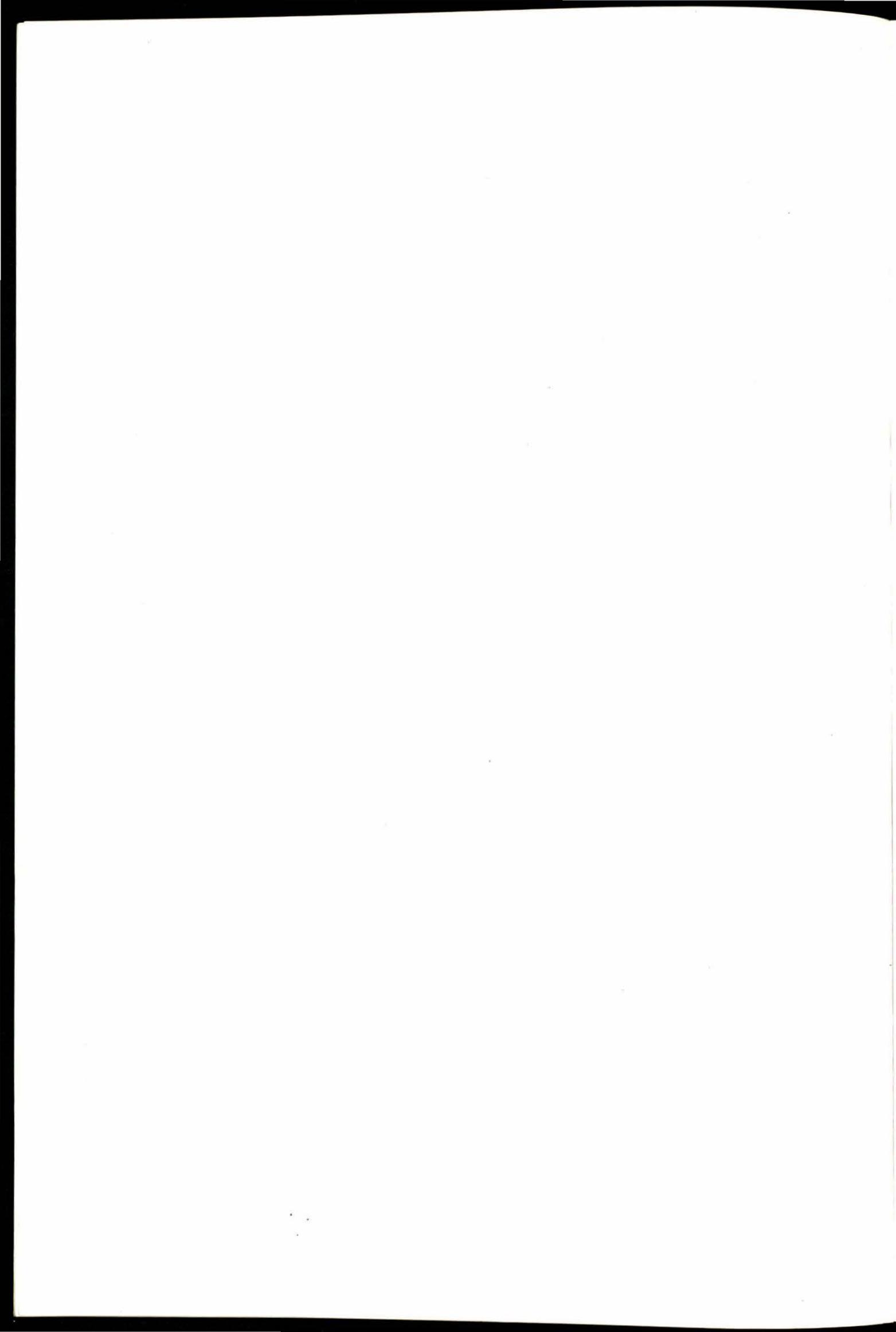




Intervenção

SUMÁRIO:

- A Declaração Europeia Sobre os Objectivos Culturais
AUGUSTO SANTOS SILVA
- As Artes Tradicionais e as Tarofas do Animador Local
ANA MARIA GONÇALVES
- Animação Cultural e Desenvolvimento:
As Contribuições de Maria de Lourdes Pintasilgo
AUGUSTO SANTOS SILVA
- Covide: Uma Experiência de Animação para o Desenvolvimento
ANA MARIA GONÇALVES
- Investigação Participativa e Desenvolvimento Local em Viana do Castelo
AUGUSTO SANTOS SILVA



A DECLARAÇÃO EUROPEIA SOBRE OS
OBJECTIVOS CULTURAIS

Na quarta Conferência dos Ministros Europeus Responsáveis pelos Assuntos Culturais, realizada em 1984, em Berlim, foi aprovada a Declaração Europeia sobre os Objectivos Culturais. Desde 1982, um seu Ante-Projecto havia sido objecto de discussão pública. A revista *Intervenção* organizou um dos poucos debates colectivos que a tomaram por tema em Portugal; embora se deva salientar que são portuguesas duas das personalidades que mais seriamente contribuem, a nível internacional, para a problemática das dimensões culturais do desenvolvimento: Maria de Lourdes Pintasilgo (cujas ideias são analisadas noutra artigo deste boletim) e Vitorino Magalhães Godinho (que publicou em 1982 o livro *Identité Culturelle et Humanisme Universalisant*, no qual, entre outros materiais, apresenta uma proposta de declaração europeia).

Publicamos, agora, uma tradução portuguesa do manifesto de Berlim. Porquê? Trata-se de um texto relativamente pobre, sobretudo se o compararmos com o ante-projecto de 1982. Os Ministros parecem ter optado pelo máximo consenso e "neutralidade", acabando por produzir uma declaração demasiado genérica, centrada apenas em objectivos globais e amputada das estratégias de realização previstas no ante-projecto.

Muitos dos pontos em que este mais avançava foram omitidos. Nomeadamente, no domínio dos objectivos: a) a referência explícita à "prioridade das finalidades culturais no desenvolvimento global"; b) a articulação da afirmação dessa prioridade com a crítica ao "economicismo" reinante que reduz o desenvolvimento ao crescimento económico; c) o alerta para o perigo do esvaziamento das de-

mocracias europeias se reduzidas à sua estrutura formal, e a tese de que a orientação das políticas para as populações, o estímulo da participação, o pluralismo e a descentralização, constituem condições axiais para a sobrevivência e o aprofundamento da democracia; d) o realce dado às organizações não-governamentais. E no campo das estratégias: e) a intervenção dos poderes públicos para a correção dos riscos de manipulação, agressão simbólica, uniformismo ou consumismo associados ao crescimento das indústrias culturais e da publicidade; f) a articulação entre cultura e educação permanente, designadamente na óptica do desenvolvimento local e regional; g) a exploração das dimensões culturais da ciência e da tecnologia; h) o sublinhado da necessidade de agir sobre o trabalho, no sentido de garantir a sua humanização e formas democráticas de participação e controle; i) o apoio a estruturas culturais autónomas (face ao Estado ou às grandes indústrias culturais), favorecendo a germinação de "pequenas empresas culturais" e colocando uma "infra-estrutura de espaços públicos auto-geridos" à sua disposição. Por outro lado, a parte final do ante-projecto, relativa à utilização da declaração, fazia dela um "documento de orientação" capaz de "influenciar a planificação e o desenvolvimento geral" e "dinamizar políticas"; e previa expressamente a promoção de "projectos-piloto, tendo em vista a detecção de novos métodos próprios para estimular a participação activa dos indivíduos, a fim de ilustrar os problemas postos pela realização dos objectivos culturais e pelas possibilidades práticas de os ultrapassar".

Ora bem: o texto final esvazia a declaração do sentido de documento de referência para políticas culturais planificadas, contendo, portanto, princípios, objectivos e estratégias. Os Ministros parecem ter optado por uma enumeração, algo formal

e com um certo sabor a lugar-comum, dos primeiros. Que há maneiras mais imaginativas e realistas, ou seja, centradas nos problemas e nas possibilidades das sociedades europeias, de abordar as questões das dimensões culturais do desenvolvimento - eis o que ficará cabalmente demonstrado a quem ler, por exemplo, o livro citado de Vitorino Magalhães Godinho. Os aspectos relativos à "integração dos factores e finalidades culturais na lógica do económico"; à articulação entre uma protecção selectiva e rentável do património e à inovação; à gestão social do tempo e à revalorização do trabalho; à formação/educação permanente "em sistemas abertos"; ao reforço e actualização de uma consciência histórica e de uma consciência ecológica ligada aos equilíbrios paisagísticos e à modernização agrícola - são aí desenvolvidos com a agudeza e o sentido crítico prospectivo que em boa medida faltam à Declaração Europeia.

Não se deve, contudo, esquecer que o texto que publicamos representa decerto um compromisso político entre governos de natureza e orientação diversas. E acreditamos que vale a pena usá-lo como referência, mormente em Portugal, porque, infelizmente, muito do que hoje constitui lugar-comum na Europa ainda não foi assimilado pelos nossos poderes públicos. Assim: a) as estruturas administrativas e as políticas governamentais continuam a ignorar o próprio conceito de cultura que informa a declaração subscreta pelo nosso país, por mais limitado (aos "valores) que ele seja, e o lugar assinalado à cultura como "factor essencial de desenvolvimento" - vivemos ainda amarrados a um entendimento falsamente literário da cultura, venerando em palavras os intelectuais como profetas e reservando, na prática, a tudo o que cabe na cultura um papel acessório e decorativo; b) as mais variadas instâncias de poder, nas empresas, nos serviços,

nas universidades, na comunicação social, negam cada vez mais, de facto, aquilo que os governos têm apregoado como lema: a liberdade de criação e expressão, os direitos individuais; c) os princípios de relação democrática e a correlativa compreensão efectiva de valores e práticas diferentes dos dominantes nos nossos grupos ou sociedade, com o consequente respeito pela identidade e a cidadania de minorias étnicas, regionais, profissionais ou culturais e o comércio solidário com outras culturas e povos - continuam a ser letra morta para um Estado que nem com as suas antigas colónias consegue manter laços mínimos de cooperação; d) por último, e talvez sobretudo, tudo o que na Declaração remete para projectos de participação, associação, solidariedade, goza de extrema actualidade - o acesso de cada um às informações e conhecimentos, a sua implicação nas escolhas e nas acções colectivas, a transparência da administração, o fortalecimento de práticas e instituições comunitárias, a proliferação de grupos, de "redes" em função de interesses comuns, eis vectores de um programa para cumprir em Portugal, e para cuja estruturação e realização o papel dos animadores e da animação se revela fundamental.

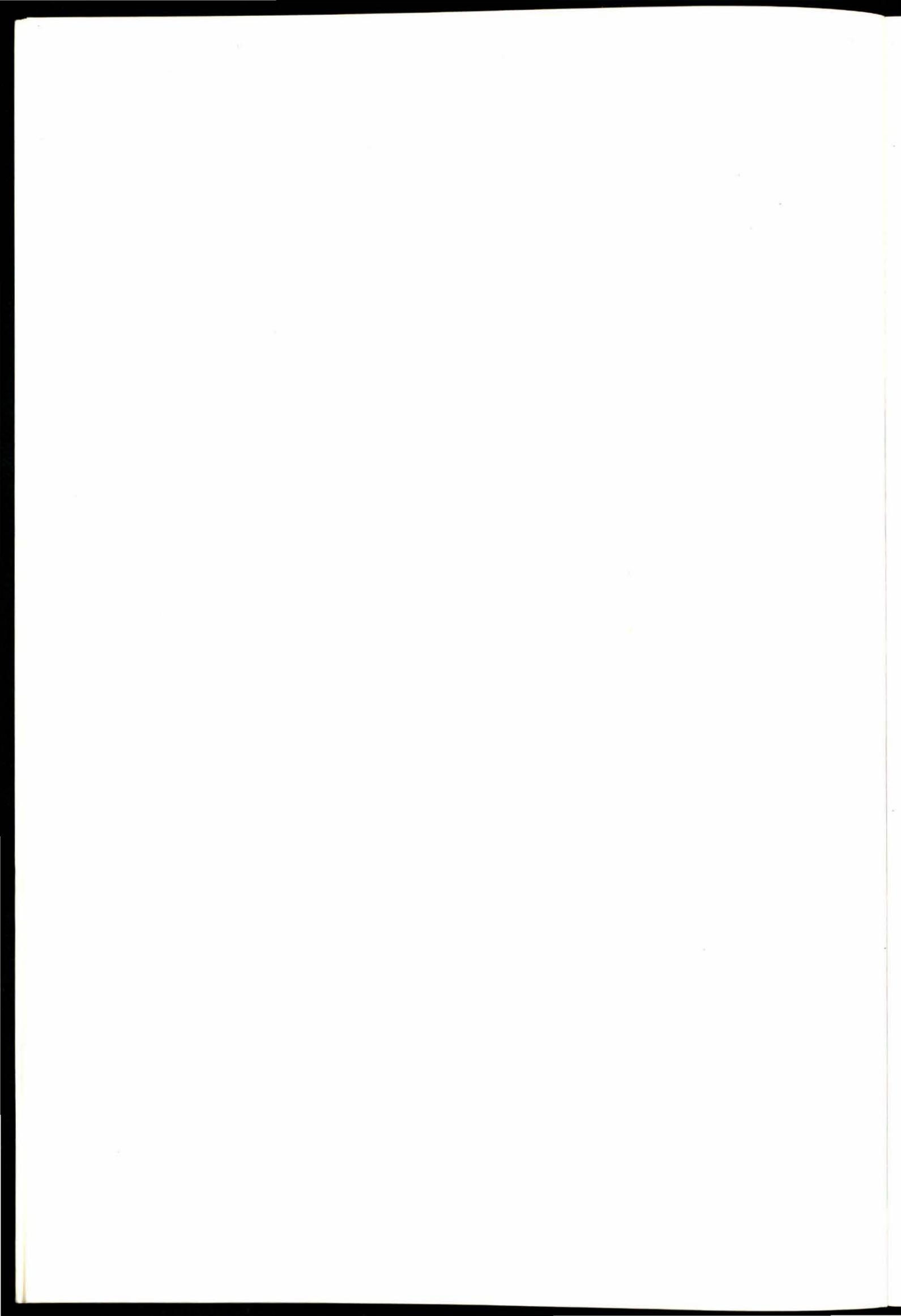
AUGUSTO SANTOS SILVA

Porto, Fevereiro de 1986

A DECLARAÇÃO EUROPEIA SOBRE OS
OBJECTIVOS CULTURAIS

Adoptada pela 4^a Conferência dos ministros
europeus responsáveis pelos Assuntos Culturais

(Berlim, 1984)



NÓS, MINISTROS EUROPEUS RESPONSÁVEIS PELOS ASSUNTOS CULTURAIS,

considerando o papel determinante da cultura, conjunto dos valores que dão aos humanos a sua razão de ser e de agir;

considerando que as culturas europeias são formadas particularmente por uma tradição secular de humanismo laico e religioso, fonte do seu enraizamento inalienável na liberdade e nos direitos do homem;

considerando que o património europeu compreende recursos naturais e criações humanas, riquezas físicas mas também valores espirituais e religiosos, crenças e saberes, angústias e esperanças, razões de ser e modos de vida, cuja diversidade constitui a riqueza dum cultura comum, alicerce fundamental da construção europeia.

Tendo levado a cabo na Europa uma vasta consulta sobre os objectivos culturais do desenvolvimento,

AFIRMAMOS QUE

A finalidade das nossas sociedades é permitir a cada um a realização individual na liberdade e no respeito solidário dos direitos do homem;

Tal realização passa pela cultura que constitui o factor essencial dum desenvolvimento harmonioso das sociedades, juntamente com os factores sociais, económicos e tecnológicos;

As riquezas humanas - afectivas, mentais, físicas - constituem a finalidade e o motor do desenvolvimento;

Tais riquezas exprimem-se sob a forma de aspirações e de valores, de maneiras de ser, de pensar e agir, frutos da história e fermentos do futuro.

CONVIDAMOS OS ESTADOS MEMBROS, E TAMBÉM OS ORGANISMOS IMPLICADOS, AS CIDADÃS E OS CIDADÃOS EUROPEUS A CONCENTRAR OS SEUS ESFORÇOS PARA:

DESENVOLVER O PATRIMÓNIO E A CRIAÇÃO

1. Assegurar a protecção e a valorização do património europeu e contribuir para o seu enriquecimento contínuo pela criação.

2. Favorecer o acesso de todos a este património e contribuir assim para a tomada de consciência da identidade cultural europeia e para a sua promoção face aos novos meios de comunicação.

3. Promover as formas de desenvolvimento propícias à felicidade dos homens e das mulheres, ao melhoramento do seu meio e do seu quadro de vida.

DESENVOLVER AS APTIDÕES HUMANAS

4. Assegurar a cada um o livre acesso à educação e à formação necessárias ao desenvolvimento do conjunto das suas faculdades e à sua inserção digna na sociedade.

5. Oferecer a cada um, desde a mais tenra idade, as condições propícias ao desenvolvimento das suas aptidões à autonomia e à criação, como também à sua participação plena e responsável na vida social.

6. Contribuir para a aprendizagem por todos dos novos instrumentos de informação e comunicação, de modo a que o progresso técnico possa servir ao bem-estar de todos, e dar à ciência e a todo o conhecimento os meios de exprimir a sua riqueza de ideias, símbolos e imagens.

ASSEGURAR A LIBERDADE

7. Assegurar a cada um, sem discriminação alguma, o pleno exercício da liberdade de pensamen-

to e de expressão, incluindo as suas aspirações a viver segundo as suas próprias convicções, no respeito dos direitos do indivíduo.

8. Desenvolver os espaços de criação e expressão, o intercâmbio de criadores e a sua livre circulação, a utilização democrática das novas tecnologias de comunicação, para permitir aos indivíduos pôr em prática as suas aptidões e contribuir para o desenvolvimento da sociedade, no pleno reconhecimento da sua identidade e do seu papel.

9. Encorajar uma maleabilidade cada vez maior na organização social, na gestão do tempo de trabalho e de lazer, a fim de que os indivíduos possam beneficiar de alternâncias nas suas actividades.

PROMOVER A PARTICIPAÇÃO

10. Assegurar a cada um a possibilidade de contribuir para a formação de ideias e participar na definição das opções que determinam o futuro; para este fim, permitir a cada um o acesso - tão largo quanto possível - às informações e aos conhecimentos.

11. Velar por que as acções colectivas - ou conduzidas em nome da colectividade - sejam claramente expostas, publicamente debatidas, democraticamente decididas e postas em acção.

12. Favorecer o reconhecimento da identidade cultural dos emigrantes, minorias e regiões, e a sua participação na vida social, a fim de que as nossas sociedades, respeitadoras da diversidade, permitam a emergência de novas solidariedades.

ENCORAJAR A SOLIDARIEDADE

13. Sublinhar o papel fundamental da solidariedade e favorecer o desenvolvimento das diferen-

tes formas pelas quais esta se exprime, em particular: as famílias, as comunidades locais e as associações voluntárias.

14. Favorecer a eclosão e o desenvolvimento de formas de nova solidariedade em torno de projectos de interesse comum concebidos em função das afinidades, das convicções e das necessidades sentidas pelos indivíduos e pelos grupos sociais.

15. Criar nas nossas sociedades as condições favoráveis a uma melhor compreensão entre populações de idades, culturas, religiões e tradições diferentes.

CONSTRUIR O FUTURO

16. Favorecer a invenção, a experimentação e a adopção de práticas sociais correspondentes às aspirações dos Europeus e que contribuam para o impulso de novas formas de desenvolvimento.

17. Participar activamente na realização da construção europeia, em especial, a fim de salvar e de promover os ideais e os princípios que constituem nosso património comum.

18. Promover as relações e a cooperação internacionais fundadas no respeito mútuo e que favoreçam o desenvolvimento de todos os povos.

FACE AOS DESAFIOS DA NOSSA ÉPOCA, NÓS, MINISTROS EUROPEUS RESPONSÁVEIS PELOS ASSUNTOS CULTURAIS, ADOPTAMOS ESTES OBJECTIVOS - GARANTES DE LIBERDADE E DE ESPERANÇA.

AS ARTES TRADICIONAIS E AS TAREFAS DO ANIMADOR LOCAL

1. Temos assistido, nos últimos anos, a um esforço de revitalização e desenvolvimento do sector do artesanato, realizado por vários agentes através de processos e objectivos bastantes diferenciados. A decadência deste sector, motivada fundamentalmente pela concorrência da indústria, seguiu-se a descoberta das potencialidades comerciais dos objectos artesanais, aproveitada numa primeira fase por pessoas que, encarregando-se de toda a parte de comercialização e aproveitando a mão-de-obra disponível nos meios rurais, se tornaram elemento imprescindível em toda a cadeia de produção, explorando, nalguns casos escandalosamente, os artesãos.

Para além desta exploração económica, há que realçar todas as transformações negativas que se realizaram na qualidade da produção, já que a obtenção do lucro era o grande objectivo.

No entanto, graças ao trabalho de registo e estudo feito paralelamente por etnólogos ou estudiosos da história local e ao material existente em colecções etnográficas ou em arcas de particulares, é hoje possível conhecer muita da qualidade técnica e estética da nossa produção tradicional.

2. O reconhecimento das potencialidades económicas, sociais e culturais destas artes, foi-se alargando a diferentes agentes de intervenção local - animadores culturais, autarquias, delegações do poder central - que passaram a relacionar-se com os centros produtores e a relançar publicamente, com efeitos publicitários, este sector.

Salvo honrosas excepções, este relacionamento com os centros de produção, que expressa em última

análise a política definida por cada um dos intervenientes neste campo, é incompleta, mais propriamente mutilada, já que, intervindo única ou prioritariamente num dos aspectos da produção, acaba por trazer desequilíbrios a outros níveis. A partir de 1981-82, o Instituto de Emprego e Formação Profissional pretendeu coordenar e impulsionar as iniciativas neste campo. Este objectivo, realizado com elevados custos financeiros e sociais, ainda à espera de uma avaliação, falhou, na minha opinião, por razões que se prendem com:

- o desenvolvimento de acções de terreno sem prévia definição de uma política de intervenção;
- a inoperacionalidade das equipas de terreno, completamente dependentes do poder central, ao terem que submeter à Secretaria de Estado de Emprego as suas propostas de trabalho;
- as limitações técnicas de grande parte dos elementos destacados para esta campanha que nunca tinham trabalhado ou realizado estudos neste sector.

Por outro lado, a avaliação dos resultados das intervenções no artesanato na Região Norte tem mostrado claramente o sucesso dos casos em que a iniciativa é de organismos locais - autarquias, associações e outros, sob a responsabilidade de um animador/agente de desenvolvimento local, muito ligado ao meio.

3. De facto, a intervenção no campo das artes tradicionais tem-se revelado extremamente rica, plurifacetada e desafiadora. Os resultados de intervenções bem sucedidas são múltiplos:

- produção de riqueza pelo fabrico de objectos de uso e aproveitamento de matérias pri-

mas disponíveis, algumas já consideradas desperdícios, e de tecnologias locais em desaparecimento;

- criação de postos de trabalho;
- aproveitamento turístico da existência destas actividades;
- descoberta do património ergológico com a consequente utilização do ponto de vista do conhecimento e enraizamento da cultura local.

O apoio às artes tradicionais pode constituir um dos elementos de uma política de desenvolvimento local.

A complexidade do sector exige que sejam ponderadas as diferentes abordagens deste sector, pelo que procurarei de seguida alinhar alguns dos elementos imprescindíveis na implementação de programas de apoio às artes tradicionais, com a consciência que a falha de alguns deles pode perigar a operação.

4. Antes de começar qualquer intervenção é necessário que exista um programa e que se definam a partida:

- objectivos
- processos-metodologias
- metas
- colaborações necessárias
- custos

Os programas de intervenção nas artes tradicionais podem agrupar-se a três níveis:

- de apoio à produção
- de índole cultural
- de actividades lúdicas

Podem ser implementados por uma ou várias entidades simultaneamente, registando-se complementarias

dade entre si.

No primeiro tipo de programas, abordam-se os aspectos relacionados com uma actividade produtiva com fins comerciais em que importa:

- testar os conhecimentos tecnológicos de forma a assegurar a qualidade da produção;
- definir a gama de produtos a lançar numa primeira fase, com a elaboração de um pequeno mostruário;
- testar em lugares bastante diferentes a capacidade de comercialização dos produtos e definir uma política de preços;
- encontrar a fórmula jurídica que dê base legal à iniciativa, quer se trate de produção individual e/ou qualquer forma de cooperação seja ao nível da produção, da comercialização, da formação profissional, da defesa dos interesses de classe;
- procurar instalações adequadas;
- inventariar os apoios necessários e garantir formalmente a sua concessão;
- organizar os serviços administrativos;
- avaliar e angariar o capital necessário ao investimento e funcionamento durante um certo período de tempo;
- realizar periodicamente relatórios de progresso em ordem à avaliação;
- pensar a formação e reciclagem profissional assim como a evolução da produção.

No aspecto da formação profissional atrevo-me a sugerir que:

- é importante que o aprendiz fique profundamente conhecedor de toda a tecnologia, objectos e padrões tradicionais, assim como de to-

das as características intrínsecas a estas artes;

- é necessário que se pense na sua formação global concretamente ao nível da cultura, da capacidade de organização e gestão, da estética e expressão artística;
- é indispensável muni-lo de uma capacidade técnica e científica necessária a todo o progresso que estas artes de ontem no mundo de hoje terão de fazer.

5. Sobre os programas de índole cultural salientarei dois níveis: estudo e registo e divulgação.

Nos de estudo e registo importa investigar todos os aspectos relacionados com a produção tradicional:

- matérias primas:
 - . onde se encontravam e/ou o processo e lugar de aquisições;
 - . processo de preparação até à produção com indicação dos instrumentos utilizados;
- peças produzidas:
 - . inventariação das peças, com a descrição das características de cada uma;
 - . indicação da sua função tradicional;
- processo de fabrico:
 - . descrição minuciosa de todas as fases do processo de fabrico, com os nomes dados a cada uma delas, sem esquecer a listagem e descrição do instrumental.

Todas estas informações devem ser registadas em fichas acompanhadas de fotografias e de desenhos.

Quanto à recolha de material, tem sido dada a indicação por parte de conservadores e museólogos

que a recolha das peças deve estar subordinada à existência de um espaço e organismo que dêem garantias quanto à conservação e boa utilização das mesmas, salvo casos em que se saiba estar eminente a sua destruição.

Não estando reunidas as condições citadas é dada a indicação de registo, na ficha da peça, da propriedade da mesma e do seu estado de conservação. Ao mesmo tempo deve sensibilizar-se o proprietário para o valor cultural da peça que possui e para a sua conservação.

O mesmo se deve dizer para peças ainda em uso ou peças que o proprietário não quer doar.

Quanto à divulgação algumas sugestões poderão ser feitas:

- elaboração de pequenas monografias;
- elaboração de prospectos;
- organização de exposições;
- programas de apoio aos produtores;
- apoio a professores ou monitores de manualidade educativa.

6. No campo do aproveitamento lúdico destas actividades referirei os resultados que se podem tirar da organização de oficinas que possibilitem para todos os grupos etários:

- o incentivo à criatividade;
- um espaço de educação estética;
- a aprendizagem de uma técnica a ser depois desenvolvida segundo as apetências de cada um;
- o conhecimento de expressões da cultura local, através do contacto com os diferentes aspectos da produção tradicional.

Não serão de menosprezar as consequências sociais da organização deste tipo de oficinas para ocupação dos tempos livres nas localidades.

7. Concluindo, julgo ter dado elementos suficientes para justificar a integração de programas de apoio às artes tradicionais nas tarefas de um animador local desde que, este tenha consciência das suas limitações e da necessidade de se socorrer de técnicos que o apoiem na implementação dos programas, nomeadamente economistas, etnólogos, museólogos, técnicos de formação profissional, etc.

Lista de Instituições que na Região Norte poderão apoiar a implementação de programas de apoio às artes tradicionais.

Ao nível de estudo

- . Museu Soares dos Reis - Porto
- . Museu Alberto Sampaio - Guimarães
- . Museu de Etnologia - Lisboa
- . Departamento de Etnologia do Instituto Português do Património Cultural - Lisboa

Ao nível de implementação de programas

- . Centro Regional de Artes Tradicionais - Porto
- . Instituto de Apoio ao Comércio Externo - Porto
- . Inscoop - Instituto António Sérgio - Porto
- . Comissão Regional do Ensino Técnico - Porto
- . Comissão Regional de Aprendizagem - Porto
- . Instituto de Emprego e Formação Profissional - Porto

ANA MARIA GONÇALVES

Novembro 1986

ANIMAÇÃO CULTURAL E DESENVOLVIMENTO:
AS CONTRIBUIÇÕES DE MARIA DE LOURDES PINTASILGO

1. Desde o 25 de Abril, a experiência portuguesa em matéria de animação cultural tem sido extremamente rica e diversificada. Educação de adultos, organizações de moradores, cooperativas de produção e consumo, desporto de massas, animação teatral, educação infantil, intervenção na saúde pública - foram e são inúmeros os campos e as formas de animação. Ora, na sua teorização, na reflexão sobre o alcance destas práticas de participação e a sua articulação com os regimes políticos e os modelos sócio-económicos, tem-se destacado Maria de Lourdes Pintasilgo. A publicação de dois livros seus em 1985 - *Dimensões da mudança*, Porto, Afrontamento (doravante referenciado por DM) e *As Minhas Respostas*, diálogo com Eduardo Prado Coelho, Jaime Nogueira Pinto e João Carlos Espada, Lisboa, Dom Quixote (doravante referenciado por MR) - constitui excelente ocasião para, aproveitando esses materiais, passar em revista as suas posições sobre a relação entre cultura, participação e desenvolvimento.

A grande maioria das pessoas com experiência de terreno rever-se-á no ponto de partida de Maria de Lourdes Pintasilgo: a ideia de que a acção transformadora é sempre possível, mesmo nas situações de maior bloqueio, de que há sempre "brechas" nos sistemas que podem ser exploradas, por onde se torna interventora a nossa prática. O que equivale a afirmar o policentrismo da história ("cada um de nós é, no momento e no lugar precisos, um centro possível", DM: 10); a imbricação entre mudança social e mudança pessoal; a indispensabilidade da utopia "como um horizonte de valores e de ideais" (MR:47), como ao menos virtual possibilidade de perceber e questio-

nar as regras dos vários jogos sócio-políticos. Peculiar a Maria de Lourdes Pintasilgo é, naturalmente, a integração destes princípios num corpos de pensamento cristão; embora caiba ressaltar, a propósito, quão (por via sobretudo da referência a Paulo Freire e do empenhamento em trabalho de base) próximos têm estado os animadores dos ideais cristãos de libertação individual e colectiva.

Outro vector constitutivo da teoria e da prática de animação repetidamente assumido e legitimado por M. L. Pintasilgo é o que associa a defesa e o exercício das liberdades (mormente, liberdade de criação e expressão, face às formas institucionais de imposição de valores dominantes) à luta pela satisfação de necessidades básicas, da mais diversa natureza (desde a habitação ao desporto). Ela ergue um tal vector a condição primeira de um projecto social transformador. "Democracia e desenvolvimento são dois termos duma mesma equação" (DM: 36); quer dizer: os direitos cívicos e políticos estão indissoluvelmente ligados aos direitos sociais, económicos e culturais, a democracia política terá necessariamente de se articular, sob pena de se negar a si própria, ao processo de realização dos direitos humanos, ao processo de desenvolvimento. Tomado neste sentido lato (que é o único produtivo) o desenvolvimento deixa de ser "uma questão lateral dos programas políticos para se tornar um envolvente (ou, se quisermos, um integral) de toda a actividade governativa. [...] O desenvolvimento deixa de se situar a juzante das interacções políticas e das suas escolhas fundamentais para se situar a montante da actividade política no seu conjunto e na sua execução concreta". Como a autora sublinha: "enquanto o desenvolvimento for alguma coisa que se acrescenta à acção política de gestão e decisão, ele só pode converter-se em subdesenvolvimento" (DM: 160-1).

Convirá, agora, ter em conta que, pressionada por João Carlos Espada a esclarecer melhor a tese

da paridade entre liberdades formais e direitos sociais, Maria de Lourdes Pintasilgo fá-lo de um modo que lembra as contínuas polémicas, em Portugal, entre os "animadores" e os militantes políticos que olhavam (e olham) com desconfiança para o que lhes parecia constituir um abusivo privilegiamento da "cultura" em detrimento das necessidades sócio-económicas "básicas". Ela responde assim: (1) em termos gerais, "a democracia esvazia-se quando não é associada ao desenvolvimento, mas também não é possível desenvolvimento sem democracia" (MR: 82); e (2) mais concretamente: "se vejo a organização de uma sociedade num conjunto, tenho que dizer que as liberdades formais são primeiras, na medida em que elas permitem o consenso sobre as outras liberdades: elas permitem a discussão, elas permitem as formas organizadas para atingir as outras. Em termos individuais, não posso fazer nenhuma distinção. Em termos da pessoa, de cada pessoa humana, não vejo prioridade; a prioridade real é a vida" (MR:92).

Ora bem: uma das principais motivações que levavam e levam o activista a definir-se como animador e a optar por essa forma característica de acção foi e é a procura de uma tal simbiose de direitos preservando o valor último e inegociável da liberdade, de consciência, de expressão, de criação. Tornar indissociáveis os direitos cívicos e os sociais tem equivalido, na prática de animação, a procurar estender a liberdade a todas as áreas de acção e a todos os grupos sociais e garantir que ela seja o motor das movimentações pela reivindicação de todos os direitos. Nas cooperativas, nas estruturas de educação não-formal ou nas festas, face à saúde, à habitação ou à religião, o que está em jogo é exactamente a aposta nas pessoas como sujeitos da história, a aposta na satisfação das necessidades, materiais e espirituais, por vias que reforcem e, sobretudo, façam passar dos códigos jurídicos ao

exercício efectivo a liberdade de acção e criação das populações. Neste sentido, a liberdade não é formal, emerge como um valor substantivo por excelência, porque se liga "com o processo de libertação pessoal e colectiva, com a capacidade de cada um se tornar dono do seu próprio destino" (DM: 220).

2. Onde entra, aqui, a cultura? Se ela constitui "o acrescentamento que o homem faz ao mundo que não fez", na fórmula de Paulo Freire citada por Maria de Lourdes Pintasilgo, então está em todo o lado. De facto, quando contrapomos ao conceito restrito (cultura como conjunto de obras literárias, plásticas, filosóficas, e condições de produção e de consumo dessas obras) o conceito antropológico (cultura como o que não deriva directamente da natureza, como conjunto de maneiras de pensar, de sentir, fazer e agir das populações), pretendemos quase sempre romper o círculo fechado de diversas ordens institucionais (o campo intelectual e técnico ou a actividade política profissional) e abri-lo para a vida, o quotidiano.

A referência corre, contudo, o risco de ser demasiado genérica e, portanto, algo vazia. Mais concretamente, M. L. Pintasilgo subscreve as estratégias culturais de desenvolvimento elaboradas em meios internacionais a partir dos anos 70, como resposta ao fracasso das políticas de crescimento. Num tal contexto, falar de "matriz cultural do desenvolvimento" ou de "desenvolvimento como problema cultural" corresponde a fazer três verificações fundamentais. (1) A falência do economicismo, quer dizer, dos programas supostamente apenas técnicos de crescimento, "desconhecedores" das relações de força mundiais, das condicionantes sociais e dos valores culturais próprios de cada país (é uma constatação que os autores estendem à própria ciência económica ortodoxa, enquan

to tal). (2) 'A inadequação das ideologias às características sociais e tecnológicas do mundo de hoje, essas ortodoxias desajustadas da variedade de maneiras de pensar, sentir e agir dos grupos sociais. (3) O fracasso da revolução política, como modo de transformação, e a conseqüente necessidade de apostar mais em estratégias de inovação, de mudança cultural.

O modelo endógeno de desenvolvimento que constitui uma das sequências possíveis destas verificações, e sobre o qual têm insistido os doutrinadores internacionais a que a nossa autora mais se encontra ligada - coloca, naturalmente, em posição de destaque a identidade e autonomia culturais das nações. Como se recorda em *Dimensões da Mudança* (204), a afirmação da identidade nacional não passa apenas pela soberania do Estado sobre o território, passa ainda pela "plena soberania sobre os recursos naturais", pela "existência econômica autônoma, ainda que inter-dependente com outras economias" - e "tem a sua expressão humana e visível na fisionomia cultural de cada país".

Não há, pois, desenvolvimento possível com uma continuada crise de padrões culturais coletivos - e não há desenvolvimento sem um paradigma que consagre o primado da consideração das maneiras de sentir, pensar e agir das populações - e da sua harmonia com os recursos e a paisagem - sobre os cálculos estritamente econômicos.

Mas, interroga-se Maria de Lourdes Pintasilgo, o que é o poder? E responde: "o meu entendimento de poder é o poder para fazer alguma coisa" (MR: 18), o que implica: "a capacidade de fixação de objectivos; a resposta às várias formas e exigências da gestão; a compreensão dos elementos de representação simbólica que estruturam, por dentro, uma sociedade" (DM: 61). Estamos, de novo, no terreno da cultura. "O poder só é real

mente significativo e capaz de introduzir na sociedade elementos de satisfação de necessidades dos indivíduos e de solidariedade entre os vários corpos sociais quando fôr a expressão de uma intervenção de raiz cultural" (DM: 59).

Vislumbramos uma das características mais distintas do pensamento de M. L. Pintasilgo - a articulação entre política e ética. E o conceito de cultura funciona aqui como placa giratória. Pela actividade política procuramos definir e realizar objectivos - e nesse exercício de sujeitos somos produtores de cultura; mas, para definir e legitimar objectivos, escolhemos entre valores, os objectivos últimos remetem directamente para valores. Quer definamos o fim último do exercício do poder político como "o serviço da pessoa humana" (DM: 60) quer não, o certo é que o carácter ético do exercício político salta à vista.

"Intervenção política de raiz cultural": a fórmula tenta reunir estes vários vectores: a acção dirigida às estruturas sociais do quotidiano, atenta aos saberes e fazeres e às representações simbólicas das populações, consciente da envolvimento ética de toda a conduta, e concebendo-se a si própria como criação de sujeitos da História, como constante inovação, invenção de novas atitudes, novos fins e novos meios.

E podemos desenhar, outra vez, o paralelo com as experiências práticas da animação. Desde logo, na forma de olhar a política. Um movimento em dois tempos: por um lado, reconhecemos que "o poder é uma realidade que não está apenas codificada nas relações dos homens através dos chamados órgãos do poder, mas, antes disso, é uma realidade difusa em todo o corpo social, e em que todos nós participamos" (MR: 17) - que tudo é político; e, por outro lado, somos tentados a um recuo crítico face à esfera estritamente política, em nome exac-

tamente de uma crítica cultural da política, do compromisso descomprometido de que fala M. L. Pintasilgo e que nos vem de concebermos um quotidiano para lá da política institucional e profissional e de nos habituarmos a inquirir das atitudes e valores que comandam a acção política.

Depois, a participação. Claro que os animadores se revêem na acção da nossa ex-embaixatriz na UNESCO aquando da discussão da declaração sobre o "acesso das massas populares à cultura". Ela recorda-a nestes termos, numa entrevista retomada em *Sulcos do Nosso Querer Comum* (Porto, Afrontamento, 1980: 28). "A nossa intervenção [...] foi no sentido de desmitificar a própria noção de 'acesso' das massas à cultura e isto por duas razões: por considerarmos que o conceito de cultura subjacente a tal formulação era o de uma cultura elitista, uma cultura depósito-de-saber-acumulado (e não o de criação contínua do homem e de grupos face à história que estão a viver); e por verificarmos que a expressão 'acesso das massas' tornava o povo objecto dessa cultura, dependente portanto de uma entidade que lhe seria exterior. Conseguimos transformar, no conteúdo e na formulação, essa recomendação em qualquer coisa de mais dinâmico, que veio a intitular-se: participação das massas populares na vida cultural".

Por aqui passa o eixo central das discussões sobre o sentido da democracia cultural - estímulo da procura dos bens das indústrias culturais ou reforço da capacidade das pessoas em definirem os bens que usufruem? E, se bem que a solução não esteja exclusivamente num dos termos da alternativa, é importante notar o princípio, básico na animação, de contrapor participação a estatização, de apostar na "sociedade civil" e não no Estado-providência. Justamente, assinala Maria de Lourdes Pintasilgo, a satisfação dos direitos sociais,

em época de profunda crise do Estado-providência, exige "uma maior participação de todos os cidadãos na vida social e na gestão dos próprios serviços" (MR: 53).

3. "Participação cultural" - a utilização desta chave obriga a desenvolvimentos que já não serão tão consensuais como os anteriores. Em primeiro lugar, só entenderemos a fórmula se conseguirmos articular a matriz antropológica do conceito de cultura (como conjunto de maneiras de pensar, sentir e agir colectivas) e a matriz técnico-científica. A última joga um papel fundamental nas propostas de M. L. Pintasilgo. E se há coisa de que os animadores portugueses andam carecidos - é exactamente a consciência do impacto da ciência e da tecnologia no mundo de hoje.

Num tempo em que a técnica se tornou de meio instrumental em forma de conhecer e de viver, modelando o nosso quotidiano, num tempo em que grande parte das opções políticas passam por escolhas tecnológicas, e em que grande parte da população dispõe apenas de códigos tradicionais (de oralidade pre-audiovisual, por exemplo) inoperantes para interpretar e entender a técnica, uma tal articulação entre ciência e cultura é decisiva para a "sobrevivência" do próprio sistema sócio-político. "Daí que a tarefa primordial para uma cidadania responsável e tão autónoma quanto possível passe [...] pela culturização da ciência e da técnica" (DM: 38).

Perceber-se-á, assim, com mais rigor, a que se refere Maria de Lourdes Pintasilgo quando fala em cultura e desenvolvimento. Faremos uma longa mas importante citação:

"Falar da matriz cultural do desenvolvimento é, para muitos, acantonar o desenvolvimento numa área de humanidades como caminho idealista (e lo

go ideológico ou utópico); é para outros dar sobretudo valor às manifestações populares tradicionais e trazê-las, numa preocupação de modernidade, para o centro das actividades culturais sem que, no entanto, se mudem as estruturas capazes de criar melhores condições de vida para toda a população; para outros ainda é um vago receio de revolução cultural, como se a cultura contivesse sempre em si um germe portador de convulsões sociais.

"Ora a matriz cultural do desenvolvimento parte da plena consciência de que a técnica é um elemento integrador da cultura. Estamos ainda longe, apesar da influência cada vez mais generalizada da técnica, de compreender que por ela passam os vectores mais sofisticados da cultura. Daí a dificuldade ainda presente no mundo de hoje sobre o significado e as raízes da verdadeira autonomia nacional. Trata-se, sem dúvida, de ir buscar aos valores nacionais os seus ingredientes mais específicos. Mas não na forma estática daquilo que foi. Antes, sim, no dinamismo de cada cultura capaz de fazer face de modo inovador aos desafios do presente e às interrogações do futuro.

"É neste contexto que o desenvolvimento endógeno, enquanto afirmação de autonomia cultural, ganha cada vez mais força como conceito capaz de completar os processos de auto-determinação em curso no mundo" (DM: 203).

Ora bem: na tarefa, inadiável em termos de desenvolvimento, de "culturação da ciência e da técnica", as práticas de animação ocupam um lugar central. Porque, da mesma maneira que a cultura, mais do que conjunto de bens específicos produzidos por um corpo profissionalizado de intelectuais, se configura nos modos de fazer as mais variadas coisas, de agir; também a animação, mais do que uma intervenção sectorial, representa um modo de intervir nos mais variados domínios. E o

que é característico desse modo de intervir é abrir espaços, discutir e experimentar (recriar) para fora dos círculos especializados os valores, as normas e as práticas. Discutir a saúde também para fora dos círculos médicos e paramédicos, a educação para fora da escola, a arte para fora dos museus, etc. - e, portanto, a técnica à luz da cultura e das necessidades das populações. A animação não vive, ao contrário do que muitos, incluindo animadores, pensam, da contraposição dos valores "locais" (ou mesmo "populares") aos "dominantes", ou da preservação do "tradicional" contra o "moderno", ou da luta contra a escola, ou da recusa da produção intelectual sofisticada. Vive, isso sim, do atravessamento e do aproveitamento desses vários campos, na mira da implicação dos mais largos sectores da população no processo de desenvolvimento. Percebe-se, assim, quanto a animação está próxima da inovação, ou, talvez melhor, quanto a real inovação passa pela animação, quer dizer, não é meramente técnica (não é até o papel da tecnologia "basicamente conformista"? DM: 103), mas sim sócio-cultural: mudança de quadros mentais e de formas de vida e organização. Percebê-lo em todo o seu alcance corresponde, ainda, ao maior desafio das práticas de animação, hoje, em Portugal.

4. A participação constitui um objectivo central da animação, melhor, confunde-se com ela. Agir localmente, estimular pequenos movimentos ou grupos, explorar "brechas", significa fomentar a participação dos cidadãos, profícua porque localizada, na resolução dos seus problemas. Mas, num contexto em que a "revolução político-cultural" não conhece senão exemplos históricos sangrentos e em que a acção de pequenos grupos dificilmente repercute globalmente, como articular a par

ticipação localizada com a participação ao nível do sistema político?

Em termos abstractos, Maria de Lourdes Pintasilgo salienta a necessária ligação entre o local e o global: o que cada vez mais se nos exige é que saibamos agir localmente pensando globalmente (MR: 100). Concretamente, em termos políticos, a sua proposta de democracia participativa aponta para uma virtual combinação eficaz entre a democracia representativa formal e a democracia directa, em sociedade aberta e policentrada.

Convirá perceber uma tal proposta, porque ela informa implicitamente o "pensar global" que orienta muitas práticas sectoriais de animação. E muito do que é hoje problemático nessas práticas tem também a ver com a multivalência e a ambiguidade da ideia de participação, quando transposta para o sistema político.

Decerto que os três vectores que estruturam o conceito geral de M. L. Pintasilgo despertarão a nossa concordância: a expressão da cidadania, do pensamento crítico e da acção responsável de cada um; a produtividade da discussão e do empenhamento colectivos; a necessidade de impedir a paralisia burocrática (MR: 63-64). Resultarão ainda claros os prolongamentos ou aprofundamentos que a autora sugere em relação ao sistema democrático: descentralização do Estado, regionalização, autonomia do poder local; revitalização do "tecido social", da sociedade civil, diversificação de grupos, de "redes"; multiplicação dos canais de acesso mais directo dos cidadãos aos poderes instituídos - novos parceiros sociais, grupos de pressão, petições à Assembleia, utilização de meios de comunicação social, sessões de trabalho entre governantes e populações locais, etc. O principal problema está, contudo, em saber se a participação nos basta como referência política, ou, nou-

tros termos, se a articulação entre formas de "democracia directa" (que, aliás, nos exemplos dados, não é em rigor directa) e de democracia representativa chegará para definir um projecto social. Um certo endeusamento da análise sistémica e o recurso, por vezes, a vocabulários sofisticados mas algo vazios (como o de Edgar Morin), analogias biológicas algo forçadas - levam, na minha opinião, Maria de Lourdes Pintasilgo a desvalorizar excessivamente a natureza conflitual dos processos sociais e a evacuar, em nome de fórmulas aparentemente consensuais ("sociedade aberta, multipolar", etc.) referências que me parece continuarem a ser indispensáveis para a definição de projectos sociais e que o serão, sobretudo, ao nível da organização e do exercício do poder político (assim esquerda ou direita, socialismo, etc.). A participação dos cidadãos não é homogênea: há implicações, intensidades, níveis diversos. A "liderança" ou as "áreas-problema" de que a autora fala, quem as constitui e define?

Contudo, mais do que questionar em profundidade as propostas políticas de Maria de Lourdes Pintasilgo, creio ser importantes, neste caso, contrariar a provavelmente forte tentação, por parte dos animadores, de ver nelas a confirmação de uma miragem que tem bloqueado muitas práticas de animação: a miragem de que a invocação da cultura e da participação do povo pode substituir opções sócio-políticas face ao sistema institucional vigente. Maria de Lourdes Pintasilgo dá aches decisivos para percebermos quanto nos é imprescindível complexificar a nossa ideia de cultura, relacionando-a com a ciência, a técnica, o desenvolvimento, a democracia; quanto à participação, já penso que necessitamos todos do aprofundamento da sua contribuição.

AUGUSTO SANTOS SILVA

Porto, Janeiro-Fevereiro de 1986

CÓVIDE: UMA EXPERIÊNCIA DE ANIMAÇÃO
PARA O DESENVOLVIMENTO

1. Covide é uma freguesia do concelho de Terras do Bouro, em pleno coração do Parque Nacional Peneda Gerês, com cerca de 700 habitantes.

É um local de forte emigração em que a população residente vive de uma agricultura pobre, de subsistência, com o complemento da pastorícia.

Nas proximidades não existe qualquer indústria ou outra actividade económica que possa empregar a população e desconhece-se a existência de qualquer projecto que venha a alterar a sua situação.

2. A figura dinâmica e o trabalho perseverante de uma animadora local fez com que se alterasse a "aparente" passividade com que se aceitava esta situação e que se tente obstar à desertificação da freguesia.

Como resultado de um trabalho de sensibilização, mobilização e organização da população criaram-se:

Ao nível social

- . um serviço de apoio domiciliário à terceira idade, grande percentagem da população residente, feito por adolescentes;
- . um serviço de apoio a crianças em idade escolar com actividades complementares da formação escolar;
- . um serviço de apoio à primeira infância para ocupações e tratamento das crianças enquanto os pais trabalham no campo;
- . um serviço de saúde com a participação de técnicos de saúde com objectivos terapêuti-

- cos e preventivos;
- . cursos de alfabetização;
- . cursos nocturnos do nível preparatório e secundário;
- . cursos de preparação para as tarefas domésticas (costura, tecelagem, culinária, etc.);
- . colónias de férias na praia para as crianças e adultos.

Ao nível cultural e associativo

- . um grupo folclórico;
- . um grupo de teatro;
- . um grupo de escuteiros;
- . um grupo desportivo

Ao nível do apoio ao desenvolvimento económico

- . realizam-se vários cursos de formação de trabalhadores agrícolas, tractoristas, poda, etc.;
- . organizam-se a partir de sugestões concretas, campanhas de sensibilização e motivação para o melhoramento da prática agrícola;
- . retomam-se diversas actividades artesanais tradicionalmente ligadas à produção de objectos para consumo familiar numa tentativa de comercialização das mesmas;
- . realizou-se um curso de formação profissional nas áreas de tecelagem e bordados para 30 jovens.

3. Sobre o trabalho da animadora poderemos dizer que:

- se tem revelado uma pessoa com forte senti-

- do de justiça e solidariedade;
- tem mantido em cada iniciativa uma notável capacidade de diálogo e responsabilização das pessoas envolvidas;
 - tem sabido discernir e procurado resolver os problemas mais graves e mais urgentes que afligem a população;
 - ao nível do desenvolvimento económico pegou nos recursos locais que parecem poder obter algum sucesso;
 - tem mantido com os serviços públicos uma intransigente e dura atitude de exigência de apoio ao desenvolvimento de Covide.

4. Sobre a participação das populações poderemos acrescentar:

- que há um esforço para descobrirem e participarem em projectos para melhorarem o seu nível de vida;
- que as pessoas participam facilmente em esquemas de entreaajuda, participando em tarefas para benefício comum, aceitando a divisão de trabalho e esquemas de solidariedade, numa reminiscência dos laços comunitários característicos dalguns meios rurais.

5. Sobre a resposta dos serviços públicos:

- Existe uma escandalosa discrepância entre as iniciativas e o esforço desenvolvido localmente e a capacidade de resposta dos serviços públicos, nomeadamente órgãos autárquicos, delegações do poder central, organismos vocacionados para a coordenação e implementação de programas de desenvolvimento.

- Esta discrepância faz-se sentir sobretudo ao nível:
 - . da organização dos próprios serviços, não suficientemente maleáveis para fornecerem os apoios mais urgentes;
 - . da reacção à inserção das áreas tratadas por cada um dos serviços, numa perspectiva de desenvolvimento global;
 - . de reacção a colaborar em programas cujo controle escapa;
 - . das características obsoletas da relação que se cria entre o serviço público e o utente.

6. Sobre os resultados obtidos neste "caso" poderemos concluir:

- que são bem sucedidas as acções que dependem unicamente dos recursos locais e
- que estão completamente dependentes dos factores exógenos mais diversos o sucesso das iniciativas mais determinantes cujo insucesso tem por vezes acarretado custos pessoais, sociais e económicos avultados.

Julgo poder concluir-se deste "caso" que os animadores locais experimentam grandes dificuldades quando pretendem passar do nível de realização de actividades para o nível dos projectos de desenvolvimento.

As maiores dificuldades prendem-se, sem dúvida, com a ausência dos próprios projectos de desenvolvimento e do afastamento a que têm sido votados na elaboração e implementação dos projectos existentes por parte dos organismos capazes de os formalizar.

Esta constatação leva-nos a formular algumas

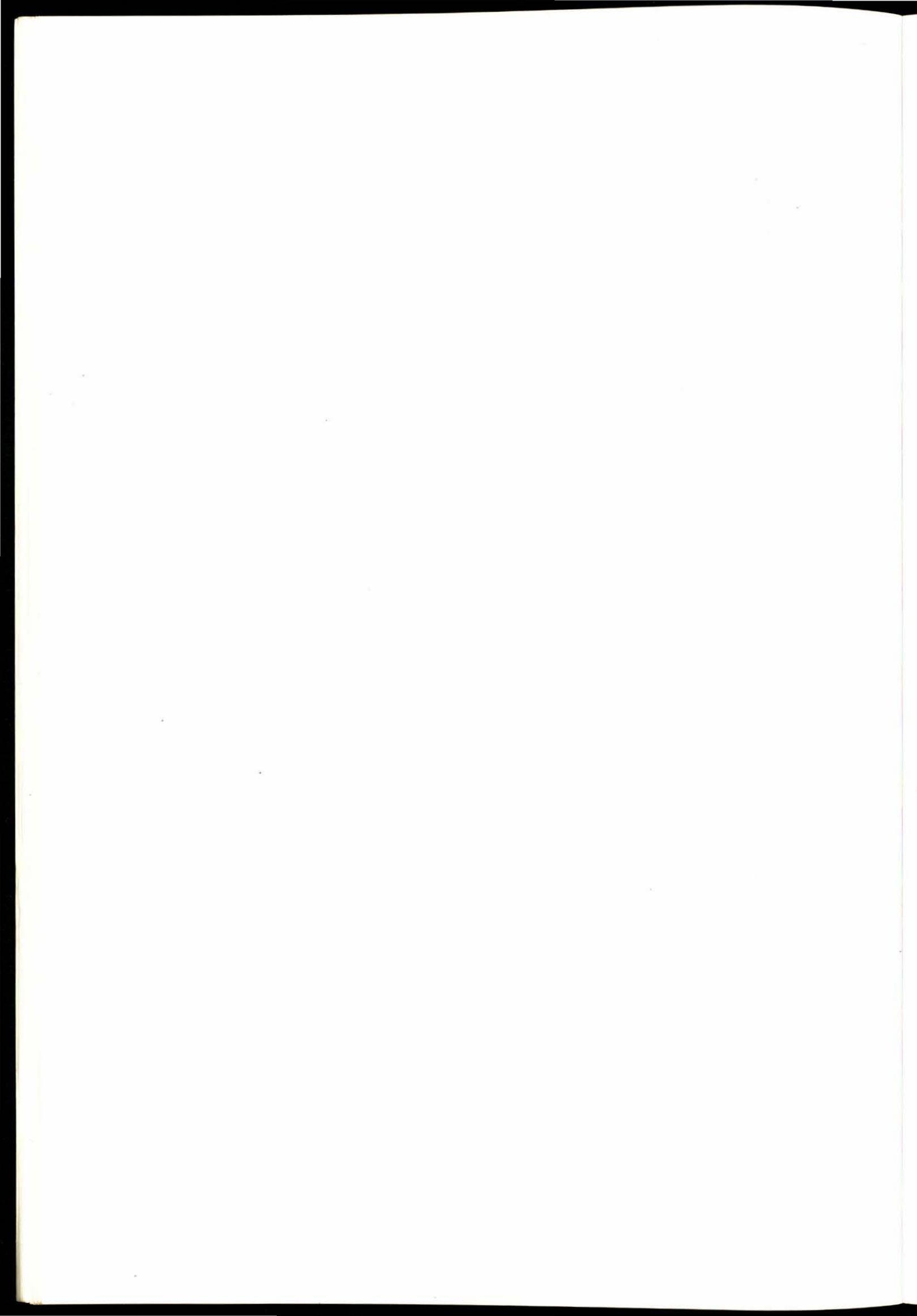
questões:

- quem são os animadores locais?
- é justificável apostar na formação de animadores locais?
- quais as características do seu papel e da sua intervenção neste contexto?
- os animadores locais devem ser ou não ser profissionais? Que tipo de relações devem ter com os órgãos de poder (local, regional, central)?
- a perspectiva de alargar o âmbito do papel do animador de "activista" a "agente de desenvolvimento" - tão defendida no plano teórico - tem qualquer viabilidade no plano prático?

Resta-nos esperar que se vá dando respostas a estas questões e não se transforme "os agentes de desenvolvimento" em mais um slogan sem conteúdo.

ANA MARIA GONÇALVES

Novembro 1986



INVESTIGAÇÃO PARTICIPATIVA E DESENVOLVIMENTO
LOCAL EM VIANA DO CASTELO

1. O Projecto de Investigação Participativa de Viana do Castelo foi lançado em Outubro de 1983 pela Unidade de Educação de Adultos da Universidade do Minho, com o apoio da Fundação Gulbenkian e de três instituições suecas. Os seus responsáveis são Licínio C. Lima, da Universidade do Minho e Thord Erasmie, da de Linköping.

A conjugação dos dois seguintes objectivos caracteriza a investigação participativa: (1) associar no mesmo processo a investigação de problemas sociais, a educação de adultos e o desenvolvimento de acções que possam conduzir a soluções para os problemas estudados; (2) fomentar a participação activa da comunidade em todas as fases do projecto de investigação, incluindo a identificação dos problemas e das necessidades, a selecção de objectivos e estratégias, a avaliação contínua do projecto e o planeamento das acções de desenvolvimento.

Por intermédio do Centro Cultural do Alto Minho, os responsáveis procuraram a adesão de associações sócio-culturais do distrito de Viana, remetendo-lhes em grande parte a responsabilidade pela selecção dos participantes. Cada associação aderente fez-se representar primeiro por um e, depois, por vários dos seus membros. Após uma fase inicial de formação dos participantes nos métodos da investigação participativa, cada associação apresentou e começou a desenvolver um sub-projecto de incidência local. O Grupo Cénico de Barrocelas privilegiou a recolha de informação sobre uma comunidade rural isolada da freguesia. A Banda de Música dos Escuteiros de Barrocelas dirigiu os seus esforços para

a educação musical. O Serviço de Educação e Recreio da Associação Cultural de Educação Popular da Meade la centrou-se no trabalho com crianças. Em Chafé, o que esteve em foco foi o levantamento do património arquitectónico, o restauro de casas antigas e a adequação das novas habitações aos padrões arquitectónicos locais. O Grupo Recreativo e Cultural do Castelo do Neiva privilegiou o trabalho de alfabetização.

A primeira fase do projecto terminou, há já um ano, e os relatórios finais das associações envolvidas foram publicados. Quisemos agora saber em que consistia e como decorria a segunda fase, e qual a avaliação crítica que os monitores e participantes iam fazendo acerca do Projecto. Colocámos, assim, a Licínio Lima quatro questões, e das respostas que nos deu fizemos o seguinte relato.

2. Em que ponto está o Projecto? Terminada a primeira fase, em Julho de 1985, a decisão sobre a sua continuidade foi remetida às associações, as quais consideraram positivos os resultados até então conseguidos e reafirmaram o seu empenhamento. Resolveram, então, iniciar um projecto de investigação participativa comum, privilegiando a temática da educação alimentar (e, em geral, as questões da nutrição). O último ano foi ocupado com os estudos preparatórios, nas freguesias respectivas - recolha de dados (através de entrevistas estruturadas), seguida do seu tratamento estatístico e qualitativo. Actualmente, o grupo procede à interpretação global da informação obtida e ao desenho do novo projecto, quer nas suas linhas comuns, quer ao nível do sub-projecto a cargo de cada uma das associações.

Por outro lado, foi sentida a necessidade de estabelecer uma rede interassociativa, que intensificasse a cooperação, dotada de uma organização formal, ainda que mínima. Trata-se de potenciar e apro

veitar colectivamente os recursos de cada associação (uma especializada em trabalho com crianças, outra em teatro, etc.); e de reduzir gradualmente o peso da Universidade do Minho no processo. Essa rede interassociativa manterá, claro, relações com o Centro Cultural do Alto Minho.

3. Começaram onze associações, hoje continuam apenas quatro (já que o Grupo de Castelo de Neiva abandonou, entretanto). Porquê? Em primeiro lugar, o núcleo inicial revelou-se muito heterogéneo. Alguns participantes não puderam, por várias razões, acompanhar a dinâmica de grupo que se foi impondo. É importante notar, contudo, que grande parte dos insucessos se deveram a que a implicação individual do representante no Projecto não correspondia a implicação e responsabilização colectiva da respectiva associação. Parece, pois, terem resistido, ao fim e ao cabo, as estruturas locais com dinâmica associativa, as associações activas.

Acrescente-se que, tendo-se firmado como grupo, o conjunto presente de participantes não pode ser alargado sem correr sérios riscos de paragem ou mesmo de desagregação. Por isso mesmo, no Projecto sobre nutrição está prevista a colaboração regular de outras associações, mas não a sua integração no colectivo dinamizador.

4. A investigação participativa implica o equilíbrio entre uma certa liderança dos monitores e uma certa não-directividade. Contudo, a avaliar pelos relatórios das associações, estas continuam a ter uma atitude algo escolar perante os animadores. Do ponto de vista de Licínio Lima, essa atitude deve-se, sobretudo, por um lado, às próprias trajetórias e características pessoais dos participantes (variando, portanto, caso a caso); e, por outro lado, aos próprios constrangimentos formais impostos pelo ensino e a aprendizagem dos instrumentos e métodos.

todos de investigação.

A liderança dos monitores foi, sem dúvida, mais forte no arranque do Projecto e tem vindo, gradualmente, a atenuar-se. O princípio geral de trabalho vem sendo o seguinte: as associações dispõem de toda a liberdade para definir o conteúdo das várias iniciativas, segundo quadros formais de organização que são, claro, normativos. As decisões "políticas" - quer dizer, as escolhas de objectivos, temas e áreas de trabalho - competem às associações; as decisões "técnicas" - quanto à estrutura formal da investigação - competem aos monitores. Não se trata, contudo, de uma divisão rígida - pelo contrário, a atitude positiva dos participantes perante as regras da investigação e as suas técnicas (as entrevistas, os questionários, o próprio tratamento estatístico) e a prática de negociação para obter consensos, têm aumentado os níveis de participação das associações.

5. A avaliar ainda pelos relatórios da primeira fase, o Projecto foi muito positivo em termos de formação e cooperação interior ao grupo; houve, porém, pouca participação de associações, como tais, e do Centro Cultural do Alto Minho, e a maioria queixava-se do reduzido impacto social local dos seus sub-projectos. Mas, contrapõe Licínio Lima, o objectivo da fase inicial foi dar coesão interna ao grupo, torná-lo grupo, e formá-lo, quer do ponto de vista técnico, quer sobretudo do ponto de vista da tomada de consciência dos problemas que põe a intervenção associativa. O grande salto em frente da segunda fase, com o projecto sobre a nutrição, será exactamente o de passar da dinâmica de grupo para a acção comunitária, virar o grupo para fora. Dar com êxito um tal salto, eis o desafio crucial - mas sem vencê-lo não haverá sucesso total para o Projecto.

6. Foram já publicados vários textos sobre o Projecto de Viana do Castelo. A quem quiser aprofun

dar a informação, recomendamos em primeiro lugar a leitura dos relatórios das associações, publicados em 1985 pela Unidade de Educação de Adultos da Universidade do Minho, sob o título: *Projecto de Investigação Participativa de Viana do Castelo: Relatórios Produzidos pelas Associações Participantes; Fase I: 1983-1985*. Na revista *Mealibra*, editada em 1985 pelo Centro Cultural do Alto Minho, Licínio C. Lima apresentou e comentou o Projecto. Por sua vez, a Universidade de Linköping publicou em 1985 um relatório de Thord Erasmie, Licínio Lima e L. Chainho Pereira (*Adult Education and Community Development. Experiences from Programmes Launched in the North of Portugal*).

Será também muito útil a leitura de duas brochuras da Universidade do Minho: a primeira, de Johan Norbeck, *Formas e Métodos de Educação de Adultos* (2^a ed. rev., 1981), para um enquadramento global; e, para conhecer a nova experiência da Unidade de Educação de Adultos, o texto de Harald Vallgård e Johan Norbeck, *Para uma Pedagogia Participativa: o Círculo de Estudo e o Guia de Estudo* (1986).

O endereço da Unidade é: Unidade de Educação de Adultos da Universidade do Minho, Rua Abade da Loureira, Braga.

AUGUSTO SANTOS SILVA

CEDI - Centro de Estudos e Documentação Intervenção

Cooperativa de Informação e Animação Sócio-Cultural, C.R.L.

Apartado 2144 1227 LISBOA Codex

Arranjo Gráfico de DELFIM FERNANDES - Reprodução na CCRN - Tiragem 200 exemplares